

GAZINCRED S.A. - SOCIEDADE DE CRÉDITO,
FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

Relatório do auditor independente

Demonstrações financeiras
Em 30 de junho de 2025

GAZINCRED S.A. - SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

Demonstrações financeiras
Em 30 de junho de 2025

Conteúdo

Relatório da Administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Balanço patrimonial

Demonstração do resultado

Demonstração do resultado abrangente

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações financeiras



Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições vigentes, submetemos à apreciação de V.Sas, o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras da Gazincred S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento (Gazincred) relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2025, as quais foram elaboradas de acordo com a legislação vigente, com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas expedidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (BACEN ou BCB), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

A Gazincred S.A. foi autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, através do Ofício DEORF/GTCUR- 2010/01527 Carta Patente nº 0701370053 de 19 de março de 2010 por decisão do Departamento de Organização do Sistema Financeiro de 15/03/2010 e publicado no Diário Oficial da União no dia 17/03/2010.

A instituição tem por objetivo a realização de operações de financiamento para a aquisição de bens e serviços, financiamento de capital de giro, captação de recursos e outras operações permitidas às entidades da espécie.

Desempenho

No primeiro semestre de 2025 a Gazincred atingiu o montante de R\$219,612 milhões em liberações de crédito.

Os ativos totais atingiram o montante de R\$ 313,056 milhões em 30 de junho de 2025.

A GazinCred registrou um lucro de R\$ 18,275 milhões no primeiro semestre de 2025.

Provisões

As provisões para créditos de liquidação duvidosa totalizaram em 30 de junho de 2025 o montante R\$ 31,5 milhões.

Financeiro

O caixa em 30 de junho de 2025 registrou um montante de R\$ 31,5 milhões

Negócios, Produtos e Serviços

Nossa estratégia de negócios está baseada na oferta de produtos financeiros desenvolvidos em função de um processo contínuo de identificação de necessidades dos clientes e sinergia com os negócios do Grupo Gazin. Assim, a GazinCred tem sua atuação voltada para soluções de crédito ligado ao consumo e apoio e gestão financeira de pessoas e empresas. Nesse sentido, seus principais produtos são: Empréstimo Pessoal (CP), Empréstimo Consignado setor público e setor privado, Crédito Direto ao Consumidor (CDC), Capital de Giro e Antecipação de Recebíveis. Para investidores ofertamos Letras de Câmbio, possibilitando ótimas alternativas de investimentos com rentabilidade e segurança. A Instituição exerce o controle dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos e ferramentas de mensuração e controle. O processo de gerenciamento permite que os riscos sejam proativamente identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados adequadamente.



GAZINCRED S.A. SOCIEDADE DE CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

Política de distribuição de dividendos

O estatuto social da GazinCred assegura aos acionistas, dividendos mínimos obrigatórios ou juros sobre o capital próprio, na forma da Lei 9.249 de 26/12/1995 no percentual mínimo de 25% do lucro líquido ajustado na forma do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações Assim, a distribuição feita é realizada na forma de juros sobre o capital próprio e dividendos.

Para o primeiro semestre de 2025, foram distribuídos o montante total de R\$ 6.388, sendo efetivamente pago neste período o valor de R\$ 958 de forma antecipada.

Agradecimentos

Agradecemos os nossos acionistas, clientes e correspondentes bancários pelo apoio e pela confiança que nos distinguem, às autoridades do Banco Central do Brasil ligadas as nossas atividades, aos auditores, consultores e prestadores de serviços pelos seus trabalhos e, especialmente aos nossos colaboradores pela dedicação durante este semestre.

Douradina/PR, 29 de Setembro de 2025.

A Administração

Luiz Aparecido Custódio
Diretor Presidente

Peter Luiz Cruz Pregidio
Contador

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Acionistas da
Gazincred S.A. - Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento
Douradina - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Gazincred S.A. - Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Gazincred S.A. - Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento em 30 de junho de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN). Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Informações comparativas

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras, que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e na Resolução BCB nº 352 do Banco Central do Brasil. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrangem o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de maneira relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de maneira relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Londrina, 29 de setembro de 2025.

GAZINCRED S.A. - SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

Balanço patrimonial
Em 30 de junho de 2025
(Em milhares de Reais)

| Ativo | | |
|---|------|---------------------|
| | Nota | 30 de junho de 2025 |
| Circulante | | |
| Disponibilidades | 3 | 31.465 |
| Operações de crédito | 4 | 207.453 |
| Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito | 4 | (31.502) |
| Outros créditos | | 10.355 |
| Total do ativo circulante | | 217.771 |
| Não circulante | | |
| Operações de crédito | 4 | 67.542 |
| Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito | 4 | - |
| Ativo fiscal diferido | 5 | 14.069 |
| Imobilizado em uso | | 272 |
| Intangível | 6 | 13.402 |
| Total do ativo não circulante | | 95.285 |
| Total do ativo | | 313.056 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GAZINCRED S.A. - SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

Balanço patrimonial
Em 30 de junho de 2025
(Em milhares de Reais)

Passivo

| | Nota | 30 de junho de 2025 |
|--|------|------------------------|
| Circulante | | |
| Depósito a vista | 7b | 5.137 |
| Recursos de aceites cambiais | 7a | 52.148 |
| Remuneração de capital a pagar | 10 | 23.089 |
| Tributos e contribuições a recolher | 8 | 2.542 |
| Obrigações sociais e trabalhistas | | 1.161 |
| Outras contas a pagar | | 10.777 |
| Total do passivo circulante | | 94.854 |
| Não circulante | | |
| Recursos de aceites cambiais | 7a | 45.513 |
| Provisão para contingências | 9 | 599 |
| Provisões e outras obrigações com instrumentos financeiros | 9v | 2.667 |
| Total do passivo não circulante | | 48.779 |
| Patrimônio líquido | 11 | |
| Capital social | | 89.800 |
| Reserva de lucros | | 79.623 |
| Total do patrimônio líquido | | 169.423 |
| Total do passivo e patrimônio líquido | | 313.056 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GAZINCRED S.A. - SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

Demonstração do resultado Semestre findo em 30 de junho de 2025 (Em milhares de Reais)

| | Nota | 30 de junho de 2025 |
|---|------|------------------------|
| Receitas de intermediação financeira | | |
| Operações de crédito | 4d | 61.990 |
| Aplicações interfinanceiras de liquidez | | 2.027 |
| | | <u>64.017</u> |
| Despesas de intermediação financeira | | |
| Operações de captação no mercado | 7c | (7.396) |
| Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito | 4f | (14.161) |
| | | <u>(21.557)</u> |
| Resultado bruto da intermediação financeira | | <u>42.460</u> |
| (Despesas)/receitas operacionais líquidas | | |
| Receitas de prestação de serviços | | 495 |
| Despesas de pessoal | 13a | (2.502) |
| Despesas administrativas | 13b | (13.814) |
| Despesas tributárias | 13c | (2.676) |
| Outras receitas operacionais líquidas | 13d | 2.394 |
| Resultado antes da tributação sobre o lucro | | <u>26.357</u> |
| Imposto de Renda e Contribuição Social | 5b | |
| Corrente | | (10.750) |
| Diferido | | 2.668 |
| Lucro líquido do semestre | | <u><u>18.275</u></u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GAZINCRED S.A. - SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

Demonstração do resultado abrangente
Semestre findo em 30 de junho de 2025
(Em milhares de Reais)

| | 30 de junho de 2025 |
|-------------------------------|------------------------|
| Lucro líquido do semestre | 18.275 |
| Outros resultados abrangentes | - |
| Resultado abrangente | 18.275 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GAZINCRED S.A. - SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Semestre findo em 30 de junho de 2025
(Em milhares de Reais)

| | Nota | Capital Social | Reservas de lucros | | Lucros Acumulados | Total |
|--|------|----------------|--------------------|---------------|-------------------|----------------|
| | | | Legal | A distribuir | | |
| Saldos em 1º de janeiro de 2025 | | 89.800 | 8.829 | 58.908 | - | 157.537 |
| Lucro líquido do semestre | | - | - | - | 18.274 | 18.274 |
| Destinações: | | | | | | |
| Reserva de lucros a distribuir | 11b | - | - | 18.274 | (18.274) | - |
| Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio | 11c | - | - | (6.388) | - | (6.388) |
| Saldos em 30 de junho de 2025 | | <u>89.800</u> | <u>8.829</u> | <u>70.794</u> | <u>-</u> | <u>169.423</u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GAZINCRED S.A. - SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

Demonstração dos fluxos de caixa Semestre findo em 30 de junho de 2025 (Em milhares de Reais)

| | Nota | 30 de junho de 2025 |
|---|------|------------------------|
| Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais | | |
| Resultado antes da tributação sobre o lucro do semestre | | 26.356 |
| Ajustes ao lucro líquido | | |
| Depreciação e amortização | 13b | 1.933 |
| Provisão para litígios | 9 | (104) |
| Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito | 4f | 6.806 |
| | | <u>34.991</u> |
| Variações de ativos e obrigações | | |
| (Redução)/aumento das contas de ativo | | |
| Operações de crédito | 4 | (20.634) |
| Outros créditos | | 4.872 |
| (Redução)/aumento das contas de passivo | | |
| Recursos de aceites cambiais | 7 | (6.282) |
| Obrigações com pessoal | | 93 |
| Obrigações tributárias | | 320 |
| Outras contas a pagar | | (4.012) |
| | | <u>(17.619)</u> |
| Imposto de Renda e Contribuição Social pagos | | (10.174) |
| Caixa líquido proveniente das atividades operacionais | | <u>7.198</u> |
| Atividades de investimento | | |
| Aquisições de imobilizado | | (11) |
| Aquisições de intangível | 6 | (1.189) |
| Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento | | <u>(1.200)</u> |
| Atividades de financiamento | | |
| Distribuição de dividendos | 11c | (958) |
| Caixa líquido aplicado das atividades de financiamento | | <u>(958)</u> |
| Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa | | <u><u>5.040</u></u> |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre | 3 | 26.425 |
| Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre | 3 | 31.465 |
| Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa | | <u><u>5.040</u></u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

A Gazincred S.A. - Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento ("Gazincred" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado sediada à Rodovia PR 082 - Km 01 em Douradina - Paraná, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN). A Companhia iniciou suas atividades em 25 de março de 2010, através da autorização para funcionamento concedida pelo BACEN, publicado no Diário Oficial da União no dia 17 de março de 2010; em 7 de outubro de 2021, a Gazincred realizou protocolo perante o Deorf sob NUP 18600.095262/2022-64, comunicando seu interesse na prestação de serviços de pagamento relativos às modalidades de emissor de moeda eletrônica e emissor de instrumento de pagamento pós-pago.

A Companhia tem por objeto a realização de operações de financiamento para a aquisição de bens e serviços, financiamento de capital de giro, emissão de moeda eletrônica e gestão de seu uso, emissão de instrumentos de pagamentos pré-pagos e/ou pós-pagos, atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários, e outras operações permitidas às entidades da espécie.

A GazinCred S.A integra o conglomerado econômico-financeiro do Grupo Gazin, juntamente com a Administradora de Consórcio Nacional Gazin LTDA, classificado como Conglomerado Prudencial Tipo 2, conforme regulamentação do Banco Central do Brasil.

A participação no conglomerado tem como objetivo fortalecer a estrutura de governança, ampliar a eficiência operacional, otimizar a gestão de riscos e garantir maior solidez patrimonial. A divulgação das demonstrações contábeis é realizada de forma individual pela instituição, em conformidade com as normas emanadas do Banco Central do Brasil, sem prejuízo da consolidação das informações contábeis e gerenciais no âmbito do conglomerado.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 29 de setembro de 2025.

2. Base de elaboração das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e demais normas do Banco Central do Brasil, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro (COSIF), e com as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76 e as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09, quando aplicável, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Semestre findo em 30 de junho de 2025
(Em milhares de Reais)

Em conformidade com a prerrogativa prevista na Resolução CMN nº 4.966/21, a Gazincred decidiu exercer a opção de não apresentar dados comparativos referentes a períodos anteriores nas demonstrações financeiras do semestre findo em 30 de junho de 2025. Essa escolha decorre das mudanças introduzidas na forma de classificação e mensuração dos instrumentos financeiros, incluindo a provisão para perdas associadas a ativos financeiros.

Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A partir de 1º de janeiro de 2025, a constituição da provisão para perdas esperadas decorrentes do risco de crédito passou a observar os critérios estabelecidos pela Resolução nº 4.966/21 do CMN, que substituiu a Resolução nº 2.682 do Banco Central do Brasil. Essa nova regulamentação introduz, entre outras exigências, a adoção do modelo de perdas esperadas para mensuração da provisão.

Em conformidade com essa diretriz, a Gazincred estruturou e colocou em prática políticas voltadas à apuração da provisão para perdas esperadas relacionadas ao risco de crédito. O processo de constituição dessa provisão demanda julgamento profissional e o emprego de premissas e estimativas pela Administração da Instituição Financeira. Por esse motivo, tratamos esse tema como um ponto relevante em nossa estratégia de auditoria.

Em atendimento à deliberação da Instituição, o impacto contábil que inicialmente seria registrado diretamente no Patrimônio Líquido foi integralmente reconhecido no resultado do semestre findo em 30 de junho de 2025. Essa decisão busca conferir maior transparência à demonstração dos efeitos econômicos da operação nas demonstrações financeiras.

A provisão para perdas esperadas relacionadas ao risco de crédito é calculada com base em um modelo que considera tanto as perdas incorridas quanto as perdas esperadas da operação. Essa estimativa leva em conta a distribuição por tipo de carteira, o número de dias em atraso e a classificação do ativo como problemático ou não.

As principais políticas contábeis adotadas para o registro das operações e para a elaboração das demonstrações financeiras da Companhia são as seguintes:

(a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério “pro rata” dia para aquelas de natureza financeira.

As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionados com operações no exterior, as quais são calculadas com base no método linear. As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço por meio dos índices pactuados.

(b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários - livres, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

(c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data dos balanços, calculados "pro rata" dia, com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados.

(d) Operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos e a provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos são mensuradas e provisionadas com base na metodologia simplificada estabelecida pela Resolução nº 4.966/2021 do CMN. Essa norma alinha as práticas contábeis ao modelo de "perda esperada", substituindo a antiga avaliação de risco por níveis.

Para a apuração da provisão, a instituição utiliza uma segmentação das operações em categorias, que neste caso são identificadas como C1 a C5. Essa segmentação considera as características específicas de cada carteira e o risco associado, permitindo uma alocação mais precisa da provisão para perdas esperadas.

As receitas de operações de crédito, arrendamento mercantil e de outros créditos com atraso superior a 90 dias no pagamento não são mais reconhecidas como receita, exceto quando efetivamente recebidas.

Operações renegociadas são tratadas com atenção, mantendo-se, no mínimo, a mesma percepção de risco ou sendo reclassificadas conforme a análise da administração e os critérios da Resolução nº 4.966 do CMN, especialmente se houverem amortizações significativas ou fatos novos relevantes.

A provisão para perdas esperadas é calculada com base na análise das operações e segmentações, com o objetivo de estimar de forma prospectiva as perdas futuras de crédito, refletindo a probabilidade de inadimplência e o valor esperado de recuperação, conforme a abordagem simplificada adotada.

(e) Ativo permanente

No imobilizado estão registrados os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à entidade os benefícios, riscos e controle desses bens, pelo custo de aquisição deduzido da respectiva depreciação, que é calculada pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil dos bens, como segue: Instalações, Móveis e Equipamentos e Sistema de Comunicação - 10%; Equipamentos de Informática - 20%.

A Administração da Companhia entende serem essas as taxas que melhor espelham a depreciação do seu imobilizado pelo uso, ação do tempo e desgaste por obsolescência.

O Ativo Intangível corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade, estão registrados os valores relativos a Softwares, demonstrado ao custo, que é amortizado pelo método linear com base em taxas anuais que contemplam a vida útil - 20%.

(f) Demais ativos circulantes e não circulante

Demonstrados pelos valores de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e variações monetárias (em base "pro rata" dia) e cambiais incorridos. Quando aplicável, foram constituídas provisões para ajuste ao valor justo.

(g) Passivos circulante e não circulante

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos (em base "pro rata" dia) e cambiais incorridos.

(h) Imposto de Renda e Contribuição Social - corrente e diferido

A provisão para Imposto de Renda foi calculada pela alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro anual excedente a R\$ 240 e a Contribuição Social sobre Líquido foi calculada também pela alíquota de 15%. O ativo fiscal diferido sobre prejuízo fiscal, base negativa da Contribuição Social e por adições temporárias foram constituídos de acordo com as alíquotas vigentes a partir de 1º de janeiro de 2022, considerando as suas perspectivas de recuperação e estão registrados no ativo (nota explicativa nº 5).

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Semestre findo em 30 de junho de 2025
(Em milhares de Reais)

(i) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias)

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com a Resolução do CMN nº 3.823/09, que aprovou o Pronunciamento Contábil (CPC 25) e a Carta Circular nº 3.429/10, da seguinte forma:

- Ativos contingentes - não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível;
- Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão ou divulgação. Causas classificadas como perda possível são apenas divulgadas;
- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se às demandas judiciais, onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, integralmente provisionado e atualizado mensalmente.

(j) Estimativas Contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. As demonstrações financeiras incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para perdas com operações de crédito, provisões para causas judiciais. Os resultados efetivos podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

(k) *Impairment*

O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão, ajustando o valor contábil líquido.

Essas provisões são reconhecidas no resultado do período. A Companhia efetua periodicamente a avaliação dos bens sujeitos aos testes de *impairment*.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Semestre findo em 30 de junho de 2025
(Em milhares de Reais)

(I) Resultado recorrente e não recorrente

Conforme definido pela Resolução BCB nº 2/2020, resultados não recorrentes são aqueles que não estão relacionados ou estão relacionados apenas de forma incidental com as atividades típicas da instituição, e não estão previstos para que ocorram com frequência em exercícios futuros. Durante o período de divulgação, não foram identificados os eventos não recorrentes.

3. Disponibilidades

O caixa e equivalentes de caixa apresentados nas demonstrações dos fluxos de caixa estão constituídos por:

| | 30 de junho de 2025 |
|---|---------------------|
| Disponibilidades | 10.681 |
| Aplicações interfinanceiras de liquidez (a) | 20.784 |
| Total | 31.465 |

(a) As aplicações financeiras são conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, com rendimento médio de 102% do CDI, classificados como custo amortizado.

4. Operações de crédito

(a) Composição e concentração da carteira por operações:

| | 30 de junho de 2025 |
|---|---------------------|
| Operações de crédito | |
| Desconto | 13.128 |
| Empréstimo pessoal - Consignado | 47.504 |
| Crédito direto ao consumidor (CDC) | 8.112 |
| Empréstimo pessoal | 120.065 |
| Capital de giro | 86.186 |
| Total das operações de crédito | 274.995 |
| Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito | (31.502) |
| | 243.493 |

(b) Composição da carteira de operações por vencimento

| | 30 de junho de 2025 |
|-----------------|---------------------|
| Vencidos | 29.525 |
| A vencer | 245.470 |
| Até 3 meses | 68.345 |
| 3 a 12 meses | 108.617 |
| 1 a 3 anos | 61.828 |
| 3 a 5 anos | 5.103 |
| Acima de 5 anos | 1.577 |
| Total | 274.995 |

GAZINCRED S.A. - SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Semestre findo em 30 de junho de 2025
(Em milhares de Reais)

(c) Concentração do risco de crédito:

| 30 de junho de 2025 | | | | |
|---------------------|--------------|-------------|--------------------|----------|
| Curso normal | Inadimplente | Valor total | Ativo problemático | Provisão |
| 245.470 | 29.525 | 274.995 | 35.217 | (31.502) |

(d) Composição das receitas de operação de crédito:

| | 30 de junho de 2025 |
|--|---------------------|
| Receita de operações de crédito | |
| Empréstimos | 57.729 |
| Títulos descontados | 3.319 |
| Financiamentos | 942 |
| Total das receitas de operações de crédito | 61.990 |

(e) Composição da carteira por tipo de cliente e atividade econômica:

| | 30 de junho de 2025 |
|-----------------|---------------------|
| Rural | 229 |
| Indústria | 39.704 |
| Comércio | 49.073 |
| Pessoas físicas | 7.783 |
| Serviços | 178.206 |
| Total | 274.995 |

(f) Movimentação da Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito apresentou as seguintes movimentações:

| | 30 de junho de 2025 |
|------------------------------------|---------------------|
| Saldo inicial | (27.362) |
| Constituição | 3.215 |
| Baixas de créditos contra prejuízo | (7.355) |
| Saldo final | (31.502) |

(g) Operações renegociadas e recuperadas

Os créditos renegociados durante o semestre findo 30 de junho 2025 foram de R\$ 2.777.

No semestre, foram recuperados créditos baixados como prejuízo no valor de R\$ 2.138, cujo valor está registrado em "Outras receitas operacionais, líquidas" no resultado do semestre.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Semestre findo em 30 de junho de 2025
(Em milhares de Reais)

5. Ativo fiscal diferido

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.842/2020, que consolidou os critérios gerais para mensuração e reconhecimento de ativos e passivos fiscais, correntes e diferidos, a avaliação periódica do incremento, reversão ou manutenção dos créditos tributários deve ser realizada. Este processo tem como parâmetro a apuração de lucro tributável para fins de Imposto de Renda e Contribuição Social em montante que justifique os valores registrados. Em 30 de junho de 2025, a Administração revisou a expectativa de recuperação do ativo fiscal diferido e registrou os montantes correspondentes.

(a) Composição do ativo fiscal diferido:

| Descrição | Saldo1º de janeiro de 2025 | Constituições | Realizações | Saldo 30 de junho de 2025 |
|---|----------------------------|---------------|-------------|---------------------------|
| Diferenças temporárias | | | | |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | 10.945 | 16.402 | (13.679) | 13.668 |
| Provisão para litígios | 281 | 26 | (68) | 239 |
| Provisão para participação nos lucros | 175 | 126 | (139) | 163 |
| Total | 11.402 | 16.553 | (13.886) | 14.069 |

A expectativa de realização do ativo fiscal diferido segue conforme demonstrado a seguir:

| Ano | Valor | Atualização a valor presente | Selic estimada |
|-------|--------|------------------------------|----------------|
| 2025 | 6.999 | 6.999 | |
| 2026 | 4.798 | 4.209 | 14,00% |
| 2027 | 1.324 | 1.025 | 13,00% |
| 2028 | 275 | 190 | 12,00% |
| 2029 | 249 | 155 | 11,00% |
| 2030 | 106 | 60 | 10,00% |
| 2031 | 106 | 55 | 9,50% |
| 2032 | 106 | 50 | 9,00% |
| 2033 | 106 | 46 | 9,00% |
| Total | 14.069 | 12.789 | |

(b) Reconciliação da alíquota efetiva:

| | 30 de junho de 2025 |
|--|---------------------|
| Resultado antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social | 26.356 |
| Alíquotas nominais | 40% |
| IRPJ e CSLL calculados às Alíquotas nominais | (10.542) |
| Exclusões/(adições) permanentes líquidas | |
| Juros sobre capital próprio | 2.555 |
| Incentivo fiscal (P&D) | - |
| Outros | (95) |
| Encargo fiscal | 8.082 |
| Imposto de Renda e Contribuição Social corrente | (10.750) |
| Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos | 2.668 |

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Semestre findo em 30 de junho de 2025
(Em milhares de Reais)

6. Intangível

| | Sistemas de processamento de dados | Sistemas em desenvolvimento (a) | Total |
|-------------------------|---------------------------------------|------------------------------------|---------------|
| Saldo inicial | 12.503 | 1.618 | 14.120 |
| Adições | - | 1.189 | 1.189 |
| Reclassificação | 1.618 | (1.618) | - |
| Amortizações no período | (1.908) | - | (1.908) |
| 30 de junho de 2025 | | | |
| Custo | 20.577 | 1.189 | 21.766 |
| Amortização acumulada | (8.364) | - | (8.364) |
| Saldo contábil líquido | <u>12.213</u> | <u>1.189</u> | <u>13.402</u> |

(a) Sistemas em desenvolvimento

O Banco Central do Brasil concedeu autorização à Gazincard, em 16 de novembro de 2021, para ter uma conta de Liquidação - IF não Bancária e ser emissor de moeda eletrônica. Em fevereiro de 2023 fez o lançamento oficial do App "GazinBank"; desde essa data o App ficou disponível nas lojas app Store e Play Store.

No ano de 2023 foi iniciado uma nova fase de desenvolvimento para o app, que visa produzir novas funcionalidades que serão lançadas no decorrer de 2023 e 2024. O período de amortização considerado será de cinco anos.

7. Captações

As captações referem-se a títulos de letra de câmbio (LC Gazincard), cuja remuneração é de 103% a 115% do CDI (103% do CDI a 115% do CDI em 2024) e cujos vencimentos são até 2028.

(a) Recursos de aceites cambiais

Demonstramos a seguir a segregação dos recursos de aceites cambiais desdobrados em sociedades ligadas e clientes sem ligação com a Gazincard, operação pós fixada atrelada a CDI e pré-fixada:

| | 30 de junho 2025 |
|------------------------|------------------|
| De terceiros | 33.822 |
| De partes relacionadas | 63.839 |
| Total | <u>97.661</u> |
| Circulante | 52.148 |
| Não circulante | 45.513 |

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Semestre findo em 30 de junho de 2025
(Em milhares de Reais)

(b) Depósito à vista

Em fevereiro de 2023, foi inaugurado oficialmente a conta digital "GazinBank". Em 30 de junho de 2025, havia 66,6 mil contas ativas juntas elas somavam um saldo de livre movimentação de R\$ 5.137.

(c) Despesas de atualização

Demonstramos a seguir os valores de despesas de atualização do período:

| | <u>30 de junho de 2025</u> |
|------------------------------|----------------------------|
| Recursos de aceites cambiais | (7.329) |
| Outros | (67) |
| Total | <u>(7.396)</u> |

8. Tributos e contribuições a recolher

| | <u>30 de junho de 2025</u> |
|-----------------------------|----------------------------|
| Imposto de Renda a pagar | 1.214 |
| Contribuição Social a pagar | 630 |
| PIS a recolher | 63 |
| COFINS a recolher | 338 |
| Outros | 297 |
| Total | <u>2.542</u> |

9. Provisão para contingências e outras obrigações com instrumentos financeiros

i) Trabalhistas

Os valores das contingências são provisionados de acordo com as análises individuais do valor potencial de perda para as ações, considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer de consultores jurídicos internos e externos. O valor indicado como risco provável de perda com estimativa confiável é provisionado integralmente e acrescido de encargos, conforme aplicável.

Não existem processos classificados pela Administração como passivos contingentes trabalhistas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Semestre findo em 30 de junho de 2025
(Em milhares de Reais)

ii) Cíveis

São compostas, principalmente, por processos cíveis relacionados às operações de consignado. São efetuadas análises individuais do valor potencial de perda considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer dos consultores jurídicos externos.

A Companhia possui cinquenta e três processos classificados pela Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos, como litígios com probabilidade de perda provável, no montante de R\$ 599:

| | Provisão |
|--|------------|
| Saldo em 1º de janeiro de 2025 | 704 |
| (-/+) Constituição (Reversão) de provisão | (105) |
| Saldo em 30 de junho de 2025 | <u>599</u> |

iii) Tributárias

Pela complexidade do sistema tributário brasileiro gera discussões neste âmbito por diferentes interpretações e entendimento da legislação a contingências são provisionadas com análise de cada discussão e seu estágio atual e com parecer dos consultores jurídico externos.

Não existem processos classificados pela Administração como passivos contingentes tributários.

iv) Perdas possíveis

Não existem processos classificados como risco possíveis, todos os processos ativos têm probabilidade de perda definida como provável.

v) Provisões e outras obrigações com instrumentos financeiros

No semestre findo em 30 de junho de 2025, a Gazincred possuía uma provisão adicional no montante de R\$ 2.667, além das provisões mínimas requeridas pela regulamentação vigente.

Essa medida visa reforçar a solidez da instituição, resguardar a adequada cobertura de riscos e assegurar maior segurança financeira diante de possíveis oscilações de mercado e da carteira de operações de crédito.

GAZINCRED S.A. - SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Semestre findo em 30 de junho de 2025
(Em milhares de Reais)

10. Remuneração de capital a pagar

| | |
|--------------------------------|---------------------|
| | 30 de junho de 2025 |
| Remuneração de capital a pagar | 23.089 |
| Total | <u>23.089</u> |

11. Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social é representado por 89.800.000 de ações nominativas com valor nominal de 1,00 cada.

(b) Reservas de lucros

O saldo de reservas de lucros em 30 de junho de 2025 é formado pelas reservas legal e reservas especiais de lucros.

A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

(c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

O estatuto social determina que a importância para distribuição do dividendo obrigatório e/ou juros sobre capital próprio, na forma da Lei nº 9.249/95, aos acionistas, por percentual mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Assim, a distribuição feita é realizada na forma de juros sobre o capital próprio.

12. Transações entre partes relacionadas

(a) Saldos e operações

Os valores a seguir se referem às transações da Companhia com partes relacionadas ocorridas no exercício. As taxas utilizadas nessas operações são taxas usuais de mercado nas datas das transações:

| | |
|--|---------------------|
| | 30 de junho de 2025 |
| Recursos de aceites cambiais (nota explicativa nº 7) | |
| Pessoas físicas | 56.161 |
| Gazin Ind. e Com. de Móveis e Eletrodomésticos Ltda. | 7.071 |
| Gazin Indústria de Colchões Ltda. | 4.639 |
| | <u>67.871</u> |

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Semestre findo em 30 de junho de 2025
(Em milhares de Reais)

(b) Despesas

As transações com partes relacionadas foram efetuadas em condições pactuadas entre as partes (prazos de vencimento e taxas de remuneração), referentes a emissão de títulos de letra de câmbio (LC Gazincred - nota explicativa nº 7), não havendo diferenciação quanto àquelas ofertadas a terceiros. Outras transações com partes relacionadas envolvem o pagamento de comissões sobre prospecção de novos clientes para a linha de crédito pessoal e assessoria administrativa. O gasto está registrado no resultado, em grupo de despesas administrativas no 1º semestre de 2025, totalizou R\$ 3.889.

(c) Remuneração do pessoal-chave da Administração:

| | 30 de junho 2025 |
|----------------------|------------------|
| Salários e ordenados | 148 |
| INSS e FGTS | 30 |
| | <u>178</u> |

13. Despesas operacionais

(a) Despesas com pessoal

| | 30 de junho de 2025 |
|---|---------------------|
| Salários, incentivos e pró-labore | (1.079) |
| Assistência média, seguros e vale alimentação | (729) |
| FGTS | (76) |
| INSS | (271) |
| Férias e 13º salário | (347) |
| | <u>(2.502)</u> |

(b) Despesas administrativas:

| | 30 de junho de 2025 |
|---|---------------------|
| Despesas de processamento de dados | (5.359) |
| Despesas com comissões (a) | (4.418) |
| Despesas com aluguéis | (13) |
| Despesas de comunicação | (19) |
| Despesas de publicações | (10) |
| Despesas do serviço financeiro | (121) |
| Despesas com serviços técnicos especializados | (109) |
| Despesa de propaganda e publicidade | (347) |
| Despesas de viagens no país | (47) |
| Despesas com depreciação e amortização | (1.933) |
| Despesas com taxas de registro | (7) |
| Despesas com contenciosos | (32) |
| Participação dos empregados no resultado | (165) |
| Consulta birô de crédito | (74) |
| Outras despesas administrativas | (230) |
| Despesas de Cartão | (930) |
| Total | <u>(13.814)</u> |

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Semestre findo em 30 de junho de 2025
(Em milhares de Reais)

- (a) Neste montante está registrado o gasto com comissões sobre a prospecção de novos clientes da linha de crédito pessoal. O percentual em cada transação é estabelecido em 6%, com base em contrato pactuado entre as partes.

(c) Despesas tributárias:

| | 30 de junho de 2025 |
|--------|---------------------|
| ISSQN | (23) |
| PIS | (371) |
| COFINS | (2.282) |
| Total | (2.676) |

(d) Outras despesas, receitas operacionais líquidas:

| | 30 de junho de 2025 |
|--|---------------------|
| Recuperação de crédito baixado como prejuízo | 2.137 |
| Outras rendas | 121 |
| Outras rendas não operacionais | 137 |
| Outras despesas | (1) |
| Total | 2.394 |

14. Limite operacional - Acordo da Basileia

O Banco Central do Brasil, através da Resolução nº 4.192/13 e alterações posteriores, estabeleceu a metodologia para apuração do Patrimônio de Referência e, através da Resolução nº 4.193/13 e alterações posteriores, dispôs sobre a apuração dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência para os Ativos Ponderados pelo Risco (RWA). De acordo com a metodologia de cálculo, o Índice de Basileia para 30 de junho de 2025 com base no conglomerado prudencial é 45,86%.

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.955/2021, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado a seguir o cálculo dos limites:

| Descrição | 30 de junho de 2025 |
|---------------------------------------|---------------------|
| Patrimônio de referência (PR) | 163.262 |
| Ativos Ponderados pelo Risco (RWA) | 355.978 |
| Índice de Basileia (mínimo 11%) % | 45,86% |
| Imobilizado para cálculo do limite | 15.106 |
| Índice de imobilização (limite 50%) % | 9,25% |

15. Gerenciamento de riscos e capital

(a) Risco de crédito

A Companhia implantou a sua estrutura de gerenciamento de risco de crédito em consonância com a Resolução CMN nº 4.557/17 e utiliza-se do conjunto de políticas e normativos internos que visam administrar e mitigar a exposição da Companhia, por meio de metodologia avalizada pela alta Administração.

O gerenciamento do risco de crédito está sob a responsabilidade da área de Riscos e controles internos, área segregada das unidades de negociação, de concessão de crédito e da administração de recursos, com autonomia para medição, análise, controle e reporte dos riscos.

(b) Risco operacional

A Companhia implantou a estrutura de gerenciamento de risco operacional, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/17.

A estrutura de gerenciamento de risco tem por objetivo identificar, avaliar, monitorar e mitigar os riscos associados aos processos do negócio, com apoio de políticas e normativos internos, visando administrar e mitigar a exposição da Companhia por meio da efetividade do controle das atividades dos processos com maior potencial de risco.

(c) Risco de mercado

A Companhia implantou a sua estrutura de gerenciamento de risco de mercado em consonância com a Resolução CMN nº 4.557/17.

A estrutura de gerenciamento de risco de mercado está integrada à área de Riscos e controles internos e tem por objetivo identificar, avaliar, monitorar e controlar os riscos, com apoio do sistema de risco de mercado e do conjunto de políticas que visam administrar e mitigar a exposição da Companhia, por meio de metodologia avalizada pela alta Administração. A definição de funções segregadas entre a área tomadora de risco e a área de gerenciamento de risco tem por finalidade a autonomia para realização da medição, análise, controle e reporte dos riscos.

(d) Risco de liquidez

A Companhia implantou a sua estrutura de gerenciamento de risco de liquidez em consonância com a Resolução CMN nº 4.557/17.

A estrutura de gerenciamento de risco de liquidez compatível com a natureza das operações e complexidade dos produtos está integrada à área de Riscos e controles internos e tem por objetivo identificar, avaliar, monitorar e controlar os riscos, com apoio do Sistema operacional e do conjunto de políticas que visam administrar e mitigar a exposição da Companhia.

A Companhia emprega uma política conservadora na administração do risco de liquidez, observando os diferentes impactos em moedas e cenários macroeconômicos e de "estresse" que possam alterar sua disponibilidade de recursos junto ao mercado financeiro.

A gestão de risco de liquidez é pauta recorrente do Comitê de gestão, onde são discutidos eventuais descasamentos entre pagamentos e recebimentos a fim de manter a liquidez da Companhia dentro dos parâmetros definidos pela alta Administração.

(e) Gerenciamento de capital

A Companhia adotou uma estrutura de gerenciamento de capital em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/17, compatível com a sua estratégia de atuação, a natureza de suas operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e a dimensão da exposição a riscos.

O gerenciamento de capital está alinhado aos objetivos estratégicos da Companhia, abrangendo as áreas envolvidas na identificação e avaliação dos riscos relevantes às suas operações e com o estabelecimento de mecanismos para o monitoramento do capital, visando a sua adequação às exigências de capital regulatório, bem como a cobertura necessária de capital em face aos riscos a que a Instituição está exposta.

A Administração informa que a Companhia não está exposta a instrumentos financeiros não evidenciados em suas demonstrações financeiras, como operações com derivativos, mercados futuros, opções ou contratos a termo.

Neste contexto, os instrumentos financeiros representados pelos recursos em disponibilidades e aplicados em títulos de liquidez estão sujeitos apenas às condições de mercado relacionadas às taxas de juros e aos indexadores, o que minimiza os impactos de possíveis variações nas taxas de juros ou no CDI.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Semestre findo em 30 de junho de 2025
(Em milhares de Reais)

No que tange aos instrumentos financeiros expostos a taxas de juros ou indexados à variação do CDI, ressalta-se que a oscilação na taxa de juros pode impactar os resultados futuros da Companhia.

A seguir, apresentamos os impactos consolidados que seriam gerados pela variação nas taxas de juros às quais a Companhia está exposta, líquidos dos efeitos tributários:

(f) Análise de sensibilidade

A Administração informa que a Companhia não está exposta a instrumentos financeiros não evidenciados em suas demonstrações financeiras, como operações com derivativos, mercados futuros, opções ou contratos a termo.

Neste contexto, os instrumentos financeiros representados pelos recursos em disponibilidades e aplicados em títulos de liquidez estão sujeitos apenas às condições de mercado relacionadas às taxas de juros e aos indexadores, o que minimiza os impactos de possíveis variações nas taxas de juros ou no CDI.

No que tange aos instrumentos financeiros expostos a taxas de juros ou indexados à variação do CDI, ressalta-se que a oscilação na taxa de juros pode impactar os resultados futuros da Companhia.

A seguir, apresentamos os impactos consolidados que seriam gerados pela variação nas taxas de juros às quais a Companhia está exposta, líquidos dos efeitos tributários:

Risco de Oscilação em Taxas de Juros Variáveis - CDI:

| Instrumento | Risco | Taxa Atual | Taxa Provável | +10% | -10% |
|------------------------|-----------|------------|---------------|--------|--------|
| Ativo | CDI % a.a | 14,90% | 15% | 16,50% | 13,50% |
| Aplicações Financeiras | 31.465 | 4.688 | 4.720 | 5.192 | 4.248 |
| Impacto Potencial | | | 31 | 503 | 441 |
| Passivo | CDI % a.a | 14,90% | 15% | 16,50% | 13,50% |
| Captações | 97.661 | 14.551 | 14.649 | 16.114 | 13.184 |
| Impacto Potencial | | | 98 | 1.563 | 1.367 |

16. Eventos subsequentes

Não houve fatos ocorridos subsequentemente a data de encerramento do semestre que possam ter efeito relevante sobre a situação patrimonial ou financeira da Companhia ou que possam provocar efeitos sobre seu resultado futuro.